

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL EM PERNAMBUCO
TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DE PERNAMBUCO

INFORMATIVO TR-PE Nº 06-2021

1ª Turma

Presidente e 2ª Relatoria: Juiz Federal Flávio Roberto Ferreira de Lima

1ª Relatoria: Juiz Federal José Baptista de Almeida Filho Neto

3ª Relatoria: Juiz Federal Paulo Roberto Parca de Pinho

Suplente: Juiz Federal Rafael Tavares da Silva

2ª Turma

Presidente e 3ª Relatoria: Juíza Federal Kylce Anne Pereira Collier de Mendonça

1ª Relatoria: Juíza Federal Flávia Tavares Dantas

2ª Relatoria: Juiz Federal Temistocles Araújo Azevêdo

Suplente: Juíza Federal Marina Cofferi

3ª Turma

Presidente e 1ª Relatoria: Juíza Federal Polyana Falcão Brito

2ª Relatoria: Juiz Federal Joaquim Lustosa Filho

3ª Relatoria: Juiz Federal Claudio Kitner

Suplente: Juiz Federal Temistocles Araújo Azevêdo

1ª TURMA RECURSAL

[0500805-24.2020.4.05.8307](#)

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO SANADA. ANÁLISE QUANTO À EFICÁCIA DO EPI. PPP. AUSÊNCIA DA ENUMERAÇÃO DOS EPI UTILIZADOS. ESPECIALIDADE MANTIDA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E PROVIDOS PARA TÃO SOMENTE SANAR A OMISSÃO.

[0503276-98.2020.4.05.8311](#)

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO. INÍCIO DA INCAPACIDADE POSTERIOR AO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. DIB FIXADA NA DATA DA CONTESTAÇÃO. INTELIGÊNCIA DO ART. 239 § 1º DO CPC. RECURSO DO PARTICULAR IMPROVIDO.

[0506562-06.2009.4.05.8300](#)

PROCESSO CIVIL. LEI Nº 10.259/01. RECURSO INOMINADO INTERPOSTO NOS PRÓPRIOS AUTOS. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA, NA FASE DE EXECUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO NÃO CONHECIDO.

[0502670-84.2012.4.05.8300](#)

ADEQUAÇÃO. TEMA 368 DO STF (INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA FÍSICA SOBRE RENDIMENTOS PERCEBIDOS ACUMULADAMENTE). TEMA 808 DO STF (INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA SOBRE JUROS DE MORA RECEBIDOS POR PESSOA FÍSICA). ACÓRDÃO QUE JÁ RESSALVOU A OBSERVÂNCIA DOS REGIMES DE COMPETÊNCIA. ADEQUAÇÃO DO ACÓRDÃO TÃO SOMENTE QUANTO AO TEMA 808. RECURSO DA UNIÃO IMPROVIDO.

[0501104-38.2019.4.05.8306](#)

JUÍZO DE ADEQUAÇÃO. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE DE TRABALHADOR RURAL. ATIVIDADE URBANA QUE NÃO ULTRAPASSA 12 MESES. ENTENDIMENTO DA TNU QUE NÃO DESCARACTERIZA A ATIVIDADE URBANA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS PARA A CONCESSÃO DA APOSENTADORIA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO DO PARTICULAR PROVIDO.

[0500831-03.2021.4.05.8302](#)

ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS). DEVER DO ESTADO. PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL À SAÚDE, À VIDA E À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. AUSÊNCIA DE OFENSA À SEPARAÇÃO DOS PODERES OU A PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. PACIENTE PORTADOR DE MICROCEFALIA COM PERDA DE PESO. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR. CONDENAÇÃO DE TODOS OS ENTES FEDERADOS. RECURSO DO MUNICÍPIO DE BEZERROS, EM PARTE, PROVIDO.

[0507863-70.2018.4.05.8300](#)

ADEQUAÇÃO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. VIGILANTE APÓS 28/4/1995. TEMA 1.031 DO STJ. COMPROVAÇÃO DO USO DA ARMA DE FOGO ATRAVÉS DE PPP E LTCAT. PERÍODO ESPECIAL. INCABIMENTO DA ADEQUAÇÃO. MANUTENÇÃO DO ACÓRDÃO.

[0500730-28.2019.4.05.8304](#)

PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. LOAS. IDOSO. MISERABILIDADE VERIFICADA. RECURSO DA AUTORA PROVIDO.

[0501503-42.2020.4.05.8303](#)

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. CONCESSÃO. LAUDO PERICIAL. INCAPACIDADE PARCIAL. ATIVIDADE HABITUAL. POSSIBILIDADE DE REABILITAÇÃO. CONDIÇÕES PESSOAIS. CONVERSÃO EM AUXÍLIO-DOENÇA. REABILITAÇÃO PROFISSIONAL. ENTENDIMENTO DA TNU. TEMA 177. ART. 60 §§ 8 E 9 DA LEI Nº 8.213/91. DETERMINAÇÃO DE ENCAMINHAMENTO AO PROCESSO DE REABILITAÇÃO. PERÍCIA DE ELEGIBILIDADE. RECURSO DO INSS PROVIDO.

[0505843-38.2020.4.05.8300](#)

PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. DEFICIENTE. INDEFERIMENTO ADMINISTRATIVO. DECADÊNCIA. PRESCRIÇÃO DE FUNDO DE DIREITO. STF. ADI 6096. TEMA 265 DA TNU. RECURSO DO AUTOR PROVIDO. SENTENÇA ANULADA.

[0503418-17.2020.4.05.8307](#)

PREVIDENCIÁRIO. CONVERSÃO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL EM COMUM. TRATORISTA/OPERADORES DE MÁQUINAS PESADAS. ENQUADRAMENTO POR CATEGORIA PROFISSIONAL. ATIVIDADE EXERCIDA NA VIGÊNCIA DOS DECRETOS 53.831/64 E 83.080/79. PRESUNÇÃO LEGAL POR SIMILARIDADE. ENTENDIMENTO DA TNU. AGENTE NOCIVO CALOR. FONTES NATURAIS. POSSIBILIDADE A PARTIR DE 05/03/1997. RECURSO DO AUTOR PARCIALMENTE PROVIDO.

[0504691-52.2020.4.05.8300](#)

BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA – LOAS. ART. 203, INCISO V, DA CF/88. LEI Nº 8.742/93. INCAPACIDADE PARCIAL PARA O TRABALHO. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS DESFAVORÁVEIS. VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA COMPROVADA. RECURSO DA PARTE AUTORA PROVIDO.

[0503827-08.2020.4.05.8302](#)

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. RUÍDO. PICO MÍNIMO ACIMA DO LIMITE DE TOLERÂNCIA. PPP ASINADO POR REPRESENTANTE LEGAL. PRESUNÇÃO. RECURSO DO INSS IMPROVIDO.

[0514217-14.2018.4.05.8300](#)

RESPONSABILIDADE CIVIL. CEF. FALHA NO SERVIÇO. SAQUE INDEVIDO EM CONTA BANCÁRIA VINCULADA AO FGTS. RELAÇÃO CONSUMERISTA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MORAIS E MATERIAIS. CONFIGURAÇÃO DO DEVER DE INDENIZAR. RECURSO DA CEF IMPROVIDO. RECURSO DA PARTE AUTORA IMPROVIDO.

[0516772-67.2019.4.05.8300](#)

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. CONVERSÃO DO TEMPO ESPECIAL EM COMUM. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE À ÉPOCA DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE. AGENTES NOCIVOS BIOLÓGICOS VÍRUS E BACTÉRIAS. COMPROVAÇÃO DA EXPOSIÇÃO. PPP. LTCAT. ATENDIMENTO. EPI INEFICAZ. AUSÊNCIA DE DESCARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE COMO ESPECIAL. RECURSO DO INSS IMPROVIDO.